

J. P. REMÉDIO MARQUES

DIREITO DA FAMÍLIA

ESTUDOS

ÍNDICE

•

Nota Prévia	5
-------------------	---

CAPÍTULO I FAMÍLIA E CASAMENTO

A SEXUALIDADE HUMANA E O DIREITO DA FAMÍLIA NOS ORDENAMENTOS DE PORTUGAL E MACAU	9
---	---

1. Introdução. Fontes de relações jurídico familiares em Portugal e em Macau. A questão da união de facto	9
2. Casamento	13
2.1. Unicidade <i>versus</i> diversidade de sexo/género	14
2.2. Casamento civil/casamento religioso	15
2.2.1. Demonstração da realização de exames médicos no quadro do processo preliminar para casamento	20
2.2.2. O casamento católico (em Portugal) como espaço que (também) visa a procriação	20
2.3. O consentimento para casar e a sexualidade	21
2.4. Impedimentos matrimoniais e sexualidade	22
2.5. Deveres conjugais; incapacidade física dos cônjuges; danos indiretos causados por facto ilícito de terceiro	24
2.6. Mudança de sexo na constância do casamento	24
3. União de facto	26
3.1. Unicidade <i>versus</i> diversidade de sexo/género na união de facto	27
4. Adoção: orientação sexual do(s) adotante(s)	27
5. Poderes-deveres parentais	28
5.1. Autodeterminação sexual dos menores	28
5.2. As «maioridades especiais» dos menores de 18 anos e a sua autodeterminação dentro da família	29

6. Esterilização (terapêutica/não terapêutica) voluntária/coativa.....	32
7. A fertilização medicamente assistida	33
8. Outras situações; considerações finais.....	33

**A DIVERSIDADE DE SEXOS E O CASAMENTO (CIVIL E CATÓLICO)
— ALGUMAS REFLEXÕES** 37

1. Introdução. A porosidade do Direito da Família às concepções dos grupos sociais	37
2. A erosão do modelo familiar tradicional fundada no casamento heterossexual e a emergência dos géneros e identificações sexuais.....	38
3. A homogeneização dos papéis dos membros do grupo familiar e o mercado	40
4. A erosão da <i>diversidade sexual</i> fundadora do casamento. Casamento civil <i>versus</i> casamento católico (ou concordatário); nótula histórica	41
5. A diversidade de sexos, o direito matrimonial e o registo civil	44
6. A identidade do género, a diminuição da real discriminação em função da orientação sexual dos transsexuais e as pretensões de assimilação do casamento heterossexual ao casamento entre pessoas do mesmo género.....	47
6.1. O argumento da discriminação entre heterossexuais e homossexuais; nótula histórica.....	48
6.2. Os problemas decorrentes da total assimilação do casamento homossexual ao casamento heterossexual	50
6.3. No direito estrangeiro.....	51
7. A diferenciação material entre os nubentes <i>versus</i> a assimilação das duas formas de comunhão de vida para efeitos matrimoniais. Conclusão	55

UM OLHAR AO DERREDOR DA NULIDADE E DA DISPENSA DO CASAMENTO CATÓLICO, À LUZ DA NOVA CONCORDATA E O SEU RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO EM PORTUGAL E NOS RESTANTES ESTADOS-MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA 61

1. Enquadramento; o sistema matrimonial português	61
2. Nulidade e dispensa do casamento canónico; tramitação do processo canónico	64
3. O eventual conflito entre os efeitos patrimoniais do divórcio e os efeitos civis da decisão eclesiástica de nulidade do casamento católico.....	67
4. O trâmite processual da ação de nulidade do casamento católico.....	70
5. A receção do casamento católico pelo Código Civil	72
6. Anulabilidade (de casamento civil), nulidade e dispensa de casamento canónico	73
7. A tramitação do processo de dispensa do casamento católico.....	76
8. O reconhecimento e execução em Portugal. Introdução.....	77
8.1. Enquadramento; o tribunal português (territorial e materialmente) competente; a reserva de jurisdição aos tribunais eclesiásticos (cont.).....	78
8.2. Reconhecimento de decisões dos tribunais eclesiásticos pelos tribunais de 1.ª instância <i>versus</i> revisão e confirmação pelos Tribunais da Relação?	80

8.3. Os limites das decisões dos tribunais eclesiásticos e decisões pontifícias sobre a dispensa do casamento rato e não consumado na esfera civil dos cônjuges.....	86
8.4. As condições e o formalismo do eventual reconhecimento das decisões eclesiásticas; a questão da ordem pública internacional e as <i>especificidades confessionais</i>	88
8.5. Os princípios da <i>igualdade (de armas)</i> e do <i>contraditório ao longo de todo o processo</i> face às regras processuais eclesiásticas relativas à dispensa do casamento rato e não consumado.....	94
9. Conclusão	98

CAPÍTULO II RELAÇÕES E EFEITOS PATRIMONIAIS

OS REGIMES DE BENS NO ATUAL CÓDIGO CIVIL	103
1. Introdução. Considerações gerais e perspectiva histórica.....	103
2. Quando vigora o regime da comunhão de adquiridos: dimensão temporal e autonomia da vontade.....	105
3. Remissão para uma lei estrangeira.....	107
3.1. Âmbito da norma do art. 1718.º.....	107
3.2. Fim da norma; critérios interpretativos.....	109
3.3. Convenções antenupciais e direito internacional privado.....	110
4. Partilha segundo regimes não convencionados; caracterização da norma do artigo 1719.º e o princípio da imutabilidade dos regimes de bens	112
4.1. Âmbito da previsão da norma	113
4.2. A tutela dos interesses dos credores dos (ex)cônjuges	116
5. O regime imperativo de separação de bens; enquadramento	116
5.1. A alínea <i>a)</i> do n.º 1 da norma do art. 1719.º	117
5.2. A alínea <i>b)</i> da norma do n.º 1 do art. 1719.º	118
5.3. Dúvidas sobre a constitucionalidade da alínea <i>b)</i> do n.º 1 do art. 1719.º	119
6. Distribuição dos bens pelas diferentes massas patrimoniais no quadro do regime de comunhão de adquiridos	120
6.1. Enquadramento.....	120
6.2. A alínea <i>a)</i> do artigo 1722.º: bens levados pelos cônjuges para o casamento	120
6.3. A alínea <i>b)</i> : os bens que advieram a um dos cônjuges por sucessão ou doação	121
6.4. A alínea <i>c)</i> : bens adquiridos na constância do casamento por virtude de direito próprio anterior.....	122

6.5. Outras situações.....	124
6.6. A característica do direito próprio anterior: direito real <i>versus</i> direito meramente obrigacional.....	125
6.7. A compensação do património comum.....	126
7. Bens sub-rogados no lugar de bens próprios	127
7.1. Introdução. Sub-rogação direta e sub-rogação indireta.....	127
7.2. Bens adquiridos por um dos cônjuges após a cessação das relações patrimoniais.....	127
7.3. Os dados atuais acerca da polémica relativa à alínea <i>c)</i> do art. 1723.º; a uniformização de jurisprudência (o acórdão do STJ, n.º 12/2015).....	128
7.4. A prova da aquisição dos bens no quadro da alínea <i>c)</i>	131
7.5. A teleologia subjacente ao artigo 1723.º, alínea <i>c)</i>	132
8. Bens integrados na comunhão.....	133
8.1. A alínea <i>a)</i> do art. 1724.º	134
8.3. A alínea <i>b)</i> do art. 1724	135
8.3. Os frutos e o valor de benfeitorias	135
8.4. A presunção de comunicabilidade dos móveis.....	136
8.5. Os bens sub-rogados no lugar de bens comuns.....	136
8.6. As pensões de reforma, de invalidez e algumas indemnizações e seguros vencidos em favor de um dos cônjuges.....	136
9. Presunção de comunicabilidade de <i>alguns</i> bens	138
9.1. Alguns dados da história	138
9.2. O regime jurídico.....	141
10. Bens adquiridos em parte com dinheiro ou bens próprios e noutra parte com dinheiro ou bens comuns	143
10.1. Introdução. O problema da qualificação deste tipo de aquisições.	143
10.2. O regime jurídico.....	143
10.3. Dificuldade ou impossibilidade de averiguar qual das prestações tem maior valor	146
10.4. A compensação a crédito da massa patrimonial prejudicada com a qualificação atribuída ao bem adquirido.....	146
11. Aquisição de bens indivisos já pertencentes a um dos cônjuges.....	147
11.1. Fim da norma.....	147
11.2. Âmbito de aplicação da norma	148
11.3. Distinção das normas dos arts. 1722.º e 1727.º.....	148
11.4. Regime jurídico	148
12. Bens adquiridos por virtude da titularidade de bens próprios.....	149
12.1. Âmbito da norma. Distinção das normas do artigo 1722.º, n. 1, al. <i>c)</i> , e 2	150
12.2. O carácter meramente exemplificativo da enumeração.....	150

12.3. Os exemplos enunciados na norma. O eventual crédito de compensação	151
13. Bens doados ou deixados a favor da comunhão	154
13.1. O fim da norma do art. 1729.º e a prevalência da vontade do disponente	154
13.2. As declarações negociais e a sua influência na titularidade do domínio relativo aos bens objeto de liberalidade	155
14. Participação dos cônjuges no património comum: a regra «da metade» .	156
14.1. O fim da norma contida no artigo 1730.º e o seu momento de atuação	156
14.2. O significado da participação dos cônjuges no ativo e no passivo do património comum	157
14.3. A regra da metade como um direito ao valor na comunhão de bens e a distinção das situações de compropriedade	159
15. Os instrumentos de trabalho e aplicação da norma do art. 1731.º.....	162
15.1. Estipulação de outras categorias de atribuições preferenciais.....	163
15.2. Preenchimento das meações.....	163
16. O regime da comunhão geral	164
16.1. Caracterização geral do regime da comunhão geral.....	164
16.2. Quando se aplica o regime da comunhão geral	164
16.3. Caracterização em particular das massas dos bens (comunicáveis e incomunicáveis).....	166
16.3.1. Características gerais do regime da comunhão geral.....	166
a. Aplicabilidade do regime de separação de bens.....	166
b. Composição das massas patrimoniais; casuística	166
c. Restrições à liberdade de disposição de bens e responsabilidade por dívidas.....	169
16.3.2. Composição das massas patrimoniais e bens incomunicáveis; evolução histórica.....	170
16.3.3. A imperatividade do regime da incomunicabilidade legal.....	178
16.3.4. Remissão das normas do regime de comunhão de adquiridos para o regime da comunhão geral	178
16.3.5. Prova da propriedade dos bens	180
ALGUMAS NOTAS SOBRE ADMINISTRAÇÃO DE BENS PELOS CÔNJUGES, PODERES DE ADMINISTRAÇÃO E ILEGITIMIDADES CONJUGAIS	183
1. Introdução.....	183

ÍNDICE

•	
2. Nótula histórica; a condição patrimonial da mulher casada.....	184
3. Enquadramento das regras sobre administração dos bens.....	186
4. O interesse prático das regras sobre administração dos bens	187
5. A administração dos bens próprios; regra e desvios	188
6. A administração de bens comuns; regime-regra e desvios	191
7. O conflito entre o terceiro procurador nomeado pelo cônjuge e a administração de bens próprios do outro.....	195
8. Tomada de providências pelo cônjuge não administrador	196
8.1. A natureza da impossibilidade do cônjuge administrador.....	196
8.2. A natureza dos atos de administração	197
8.3. Providências administrativas <i>versus</i> gestão de negócios.....	197
9. Abertura e movimentação de depósitos bancários	199
10. Poderes jurídicos de administração dos cônjuges quanto aos bens móveis...	200
10.1. Enquadramento geral	200
10.2. Poderes de administração do cônjuge administrador e ilegitimidades conjugais.....	201
10.3. Alienação ou oneração de móveis comuns cuja administração caiba aos dois cônjuges; a administração de participações sociais comuns.....	202
10.4. Alienação dos móveis, próprios ou comuns, utilizados conjuntamente pelos cônjuges na vida do lar.....	203
10.5. Alienação dos móveis, próprios ou comuns, utilizados conjuntamente pelos cônjuges como instrumento comum de trabalho.....	205
10.6. Alienação ou oneração de móveis, próprios ou comuns, pelo cônjuge que os não administra.....	205
10.7. Alienação ou oneração, por negócio gratuito, de móveis comuns de que o disponente tenha a administração	206
11. Poderes jurídicos de administração dos cônjuges quanto aos bens imóveis e estabelecimentos comerciais	206
11.1. Enquadramento e ideia geral.....	206
11.2. Necessidade <i>versus</i> dispensa de consentimento conjugal relativamente a imóveis ou empresas mercantis	207
11.2.1. Bens imóveis: casa de morada de família, alienação, oneração e arrendamento de imóveis; constituição de outros pessoais de gozo.....	207
11.2.2. Estabelecimentos mercantis; alienação, oneração ou locação do estabelecimento comercial próprio ou comum	210
11.3. Algumas hipóteses particulares	210
11.4. Disposição do direito ao arrendamento, em particular da casa de morada de família.....	213
11.4.1. Enquadramento	213
11.4.2. Regime	214
11.4.3. Desnecessidade de consentimento conjugal noutras situações locatícias?	216
•	

•

11.4.4. Sanção e legitimidade (substantiva e processual).....	219
11.5. Aceitação de doações e sucessões. Repúdio da herança ou legado	220
11.5.1. Enquadramento	220
11.5.2. Regime jurídico da aceitação e do repúdio de liberalidades para efeitos de ilegitimidades conjugais.....	221
11.6. Poderes de disposição <i>mortis causa</i> reconhecidos aos cônjuges.....	223
11.6.1. Enquadramento; nótula histórica.....	223
11.6.2. Regime jurídico: a eventual conversão <i>ope legis</i> da disposição <i>mortis causa</i>	225
11.6.3. A possibilidade de dispor <i>mortis causa</i> por parte de ex-cônjuge antes da partilha.....	227
11.7. O suprimento da falta de consentimento do cônjuge.....	228
11.7.1. Enquadramento.....	228
11.7.2. Regime do consentimento	229
11.7.3. A forma externa do consentimento	231
11.7.4. Possibilidade de suprimento do consentimento	233
11.8. Sanções para a falta de consentimento conjugal ou do respetivo suprimento	234
11.8.1. Enquadramento	234
11.8.2. Regime jurídico.....	234
11.8.2.1. Atos anuláveis. Regime.....	235
11.8.2.2. Atos nulos. Regime.....	237
11.8.2.3. Atos inoponíveis.....	238

O REGIME DE BENS E O EXERCÍCIO DE DIREITOS SOCIAIS RELATIVAMENTE A QUOTA DE SOCIEDADE COMERCIAL EM PARTICULAR A LEGITIMIDADE PARA REQUERER INQUÉRITO JUDICIAL POR PARTE DO (EX) CÔNJUGE DE SÓCIO 241

1. Os Problemas.....	241
2. Introdução; razão de ordem	242
3. O estatuto de sócio e o direito à informação.....	244
4. A aquisição da qualidade de sócio de sociedade comercial.....	245
5. A participação social como bem comum nos regimes de comunhão; os poderes do cônjuge do sócio no âmbito das relações patrimoniais da família	248
6. A posição do <i>cônjuge de sócio</i> de sociedade e a cindibilidade dos poderes quanto ao exercício dos direitos societários, em particular o direito à informação.....	250
7. A jurisprudência antes e depois do advento do CSC.....	254
8. A dimensão «externa» das relações entre o cônjuge outorgante do negócio societário e o ente social e a dimensão «interna» das relações patrimoniais entre os cônjuges	255

9. A jurisprudência no domínio do CSC	257
10. Argumentos adicionais sobre a titularidade da posição de sócio do cônjuge que outorgou o negócio societário e a doutrina após o CSC.....	260
11. A posição da doutrina	264
12. Os <i>lugares paralelos</i> dos direitos morais de autor, da exploração de farmácia de oficina e da prestação de contas	266
13. Consequências funestas da admissibilidade da aquisição da qualidade de sócio por parte do cônjuge que outorgou o negócio jurídico societário.....	271
14. A posição do cônjuge do sócio entre a data do divórcio e a data da partilha dos bens comuns	272
15. A posição do cônjuge do sócio entre a data da instauração do processo de inventário e a data da homologação da partilha dos bens indivisos	276
16. Os remédios ao dispor do (ex)cônjuge do sócio para prevenir ou evitar a alienação, oneração da quota ou a dissolução da sociedade com prejuízo e o direito à informação	278
17. Falta de interesse processual/interesse em agir do Autor?	280
18. Conclusões.....	282

DIVÓRCIO, SUCESSÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIAIS 289

1. Introdução. A constituição e a participação dos cônjuges em sociedades comerciais, o princípio da imutabilidade dos regimes de bens e a proteção dos interesses de terceiros	289
2. A participação social enquanto bem comum ou bem próprio e os poderes dos cônjuges	290
2.1. Quem é sócio, se a participação advier apenas a um deles	290
2.2. A vertente patrimonial da participação social	290
2.3. Os poderes do cônjuge do sócio e do cônjuge sócio no exercício dos direitos sociais	291
3. O divórcio dos cônjuges e a indivisão dos bens comuns: poderes dos ex-cônjuges (do sócio e do ex-cônjuge). A cessação das relações patrimoniais entre os ex-cônjuges e o destino das participações sociais	291
4. A impossibilidade e a morte do sócio casado; os poderes do representante comum no caso de morte do sócio no relacionamento da participação indivisa com a sociedade	292
5. Pactos sucessórios e cláusulas de limitação da transmissão de participações sociais.....	296

CESSAÇÃO DAS RELAÇÕES PATRIMONIAIS ENTRE OS CÔNJUGES E PARTILHA..... 301

1. Introdução	301
2. Cessação de relações pessoais e patrimoniais e partilha <i>versus</i> partilha sem cessação de tais relações	302
3. Data da produção dos efeitos da cessação das relações patrimoniais.....	303
4. A partilha. Enquadramento geral; hipóteses em que pode ocorrer a partilha dos bens comuns.....	306

5. Formas de partilha	307
6. Operações: separação dos bens próprios; liquidação do património comum; cálculo do valor do património comum; partilha propriamente dita (preenchimento das meações).....	310
7. Competência internacional dos tribunais portugueses	314

EXECUÇÃO ESPECÍFICA DE CONTRATO-PROMESSA DE PARTILHA DE BENS COMUNS NA PENDÊNCIA DE INVENTÁRIO — EXECUÇÃO ESPECÍFICA DE CLÁUSULA PELA QUAL OS EX-CÔNJUGES SE OBRIGAM A CONSTITUIR UM USUFRUTO VITALÍCIO A FAVOR DE UM DELES DE IMÓVEL CUJA NUA-PROPRIEDADE “PROMETEM” DOAR A UM TERCEIRO	317
---	------------

1. Preliminares	317
1.1. O problema	317
1.2. O nosso contacto com o problema; primeiras sensações	318
1.3. As dúvidas; prolegómeno	318
1.4. Indicação de sequência.....	320
2. O Esquema Negocial Pretendido e Realizado Pelos Promitentes.....	322
2.1. Interesse em agir por parte do ex-cônjuge autor da ação de execução específica; a anterior propositura de ação de inventário para separação de meações e a suspensão da instância desta ação; a mitigação do abuso de direito.....	322
2.1.1. Interesse em agir do ex-cônjuge através de propositura de ação de execução específica de contrato-promessa de partilha na pendência de inventário destinado à partilha dos bens comuns objeto do contrato-promessa; questões incidentais e prejudiciais, contraditório.....	322
2.1.2. Da mitigação do abuso de direito do ex-cônjuge faltoso.....	328
3. O Programa Resultante do Contrato-Promessa	333
3.1. A hipótese da presença de uma união de contratos: doação e constituição de usufruto a favor do(s) doador(es).....	333
3.2. A hipótese da presença de um único contrato provido de efeitos translativos e de efeitos constitutivos	336
3.3. A íntima ligação das prestações prometidas efetuar no mesmo negócio, quanto à estrutura e efeitos	337
4. A (Im)possibilidade de Execução Específica	338
4.1. O problema da promessa de doação e a sua execução específica; o caso <i>sub iudice</i>	338
4.1.1. A promessa de doação enquanto doação com efeitos meramente obrigacionais.....	339
4.2. A aceitação do donatário enquanto momento negocial final do processo constitutivo do contrato de doação.....	340

4.3. A proposta de doação ou a promessa de doação apenas subscrita pelos doadores face ao regime da execução específica; a execução específica no pacto a favor de terceiro.....	341
4.4. A inadmissibilidade de uma «execução específica parcial» do contrato-promessa de partilha dos bens comuns apenas respeitante à constituição do usufruto.....	343
4.5. Impossibilidade de cumprimento devida à ilegitimidade substantiva do promitente para, por si só, honrar todas as prestações previstas e outorgar o contrato definitivo.....	346
5. Conclusões.....	348

O REGIME DA EXECUÇÃO POR DÍVIDAS CONJUGAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL EM PARTICULAR O INCIDENTE DE COMUNICABILIDADE DE DÍVIDA CONJUGAL..... 355

1. Introdução. O Problema.....	355
2. Breve excursus histórico; a moratória forçada.....	356
3. A comunicabilidade da dívida; evolução do regime jurídico.....	362
4. A comunicabilidade da dívida fundada em título diverso de sentença no CPC de 2013.....	368
4.1. Quando a alegação da comunicabilidade é suscitada no requerimento executivo.....	372
4.2. A tramitação do incidente quando a comunicabilidade é alegada em requerimento autónomo.....	373
5. Regime transitório do novo CPC, no respeitante ao incidente da comunicabilidade.....	380
6. A força da decisão proferida relativa à comunicabilidade da dívida.....	386
7. A tempestividade da alegação da comunicabilidade da dívida; a estratégia do exequente.....	390
8. O valor da declaração de aceitação do cônjuge do executado.....	392
9. O valor do silêncio do cônjuge do executado.....	393
10. O valor do reconhecimento expresso da dívida.....	394
11. Conclusão.....	394

**CAPÍTULO III
FILIAÇÃO**

O PRAZO DE CADUCIDADE DO N.º 1 DO ARTIGO 1817.º DO CÓDIGO CIVIL E A CINDIBILIDADE DO ESTADO CIVIL: O ACÓRDÃO DO PLENÁRIO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL N.º 24/201 — A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 3.º DA LEI N.º 14/2009 E A SUA APLICAÇÃO ÀS AÇÕES PENDENTES NA DATA DO SEU INÍCIO DE VIGÊNCIA, INSTAURADAS ANTES E DEPOIS DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO N.º 23/2006.....	399
1. Introdução. A jurisprudência recente do tribunal constitucional.....	399

•	
2. O estado da questão relativamente ao prazo de caducidade de 10 anos nas ações instauradas após o início de vigência da lei n.º 14/2009	403
3. A sucessão de leis no tempo e o artigo 3.º da lei n.º 14/2009: a distinção entre a instauração da ação de investigação <i>antes</i> e <i>após</i> a publicação do acórdão do tribunal constitucional n.º 23/2006	406
4. A imprestabilidade dos critérios «gerais» de sucessão de leis no tempo....	412
5. A discricionariedade legislativa e as dimensões do princípio da confiança	414
6. Os critérios de decisão do tribunal constitucional e as ações propostas <i>após</i> o dia 10 de fevereiro de 2006.....	416
7. O princípio da confiança e as ações propostas <i>antes</i> do dia 10 de fevereiro de 2006, que <i>ainda</i> se achavam pendentes no dia 2 de abril de 2009	420
8. Os regimes jurídicos no direito estrangeiro	426
9. Os direitos e interesses em conflito e a abertura a soluções jurisprudenciais alternativas à não caducidade das ações de investigação.....	430
10. A dissociação dos efeitos pessoais e patrimoniais do estabelecimento da filiação jurídica.....	433
10.1. A «geometria variável» das concretas soluções e o comportamento dos investigadores.....	434
10.2. O argumento da “caça às fortunas”.....	435
10.3. O exercício «inadmissível» do direito de estabelecer a paternidade	437
10.4. O argumento da “segurança jurídica” e o plano patrimonial dos interesses das partes: a via da “ineficácia patrimonial” do reconhecimento da filiação	438
11. Conclusão	446
O RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO DA PATERNIDADE	
— A PERFILHAÇÃO	449
1. Nótula histórica.....	449
2. Conceito e natureza da perfilhação.....	451
3. Características da perfilhação	452
4. Existe um dever <i>jurídico</i> de perfilhar?.....	453
5. Eficácia da perfilhação	457
6. Capacidade para perfilhar	459
6.1. Regras especiais de capacidade (de exercício de direitos) para se poder perfilhar	459
6.2. Justificação deste regime jurídico	460
7. Maternidade não declarada	462
8. Limitação da autonomia da vontade/declaração do perfilhante: cláusulas proibidas.....	463
8.1. Enquadramento geral.....	464
8.2. Cláusulas proibidas.....	464
8.3. Sanção.....	468
•	

•	
9. Forma legal da perfilhação.....	469
9.1. Enquadramento; breve nótula histórica	469
9.2. Forma da perfilhação.....	471
9.2.1. Declaração efetuada perante o funcionário do registo civil	472
9.2.2. Declaração realizada em testamento	472
9.2.3. Escritura pública.....	473
9.2.4. Termo lavrado em juízo	474
10. O momento da perfilhação.....	474
10.1. Nótula histórica	474
10.2. O momento da perfilhação (cont.); nascituros e filhos pré defuntos; remissão	475
10.3. A perfilhação de nascituro.....	476
10.3.1. Nótula histórica	476
10.3.2. Regime atual.....	476
10.4. Perfilhação de filho falecido	478
10.4.1. Justificação do regime da perfilhação <i>post mortem</i>	478
10.4.2. <i>Divisibilidade</i> do estado de filho/pai.....	479
10.5. Perfilhação de maiores	481
10.5.1. Enquadramento fundamento da necessidade de consentimento do perfilhado maior.....	481
10.5.2. Fundamento da necessidade de consentimento do perfilhado.....	482
10.6. A perfilhação de pré defunto e de maior acompanhado	483
10.7. Forma e tempestividade do consentimento do perfilhado.....	485
10.8. A irrevogabilidade da perfilhação.....	486
10.8.1. Nótula histórica	487
10.8.2. Regime jurídico desta irrevogabilidade; a razão de ser da irrevogabilidade.....	487
10.9. Nulidade/anulabilidade/eficácia do testamento e o destino da declaração de perfilhação	490
11. A impugnação da perfilhação.....	492
11.1. Enquadramento	492
11.2. Fundamento	494
11.3. Legitimidade processual.....	495
11.4. Prazo	498
11.5. Prova e ónus da prova; casuística	502
12. Anulação da impugnação por erro ou coação	504
12.1. Enquadramento geral.....	505
•	

•

12.2. Fundamentos da anulação da perfilhação.....	505
12.3. Prazo de caducidade do direito de obter a tutela jurisdicional; inconstitucionalidade do prazo.....	506
13. Regime da anulação da perfilhação por incapacidade do perfilhante	510
14. Morte do perfilhante na pendência ou sem haver instaurado a ação de anulação	512
15. Perfilhação posterior a investigação judicial	514
16. Regime jurídico; o caso da perfilhação registada antes do ajuizamento da ação de investigação.....	515
17. O caso da declaração de maternidade realizada na pendência da ação de investigação da maternidade	516

Capítulo IV Alimentos

EM TORNO DO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA NO DIREITO PORTUGUÊS — OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS E SEGURANÇA SOCIAL.....	519
---	------------

1. Introdução; solidariedade social e solidariedade familiar perante as necessidades das pessoas idosas.....	519
1.1. Vulnerabilidade à pobreza; perdas económicas associadas à cessação da actividade laboral	522
1.2. O papel da solidariedade social na protecção dos maiores necessitados; a tutela objectiva dos valores e interesses.....	524
1.3. O desequilíbrio da importância da tutela do <i>valor e dos interesses da família constituída por pais e filhos</i> relativamente à tutela dos ascendentes na velhice.....	524
1.4. A solidariedade familiar colabora com a solidariedade social na prossecução de um fim comum.....	525
2. Os maiores necessitados como titulares de um direito a alimentos.....	525
2.1. O marcado carácter <i>ético</i> do <i>dever jurídico</i> de auxílio financeiro dos filhos (adultos) ou dos netos relativamente aos pais (e os avós).....	526
2.2. Sujeitos vinculados à obrigação legal de alimentos.....	526
2.3. Titularidade do direito a alimentos por maiores.....	527
2.4. O conceito de necessidade (económica).....	527
2.5. O conceito de possibilidade (económica).....	527
2.6. Sujeitos obrigados (cont.).....	528
2.6.1. Preferências	530
2.6.2. Uma particularidade da vertente do exercício judicial do direito a alimentos: a pluralidade subjectiva “subsidiária”.....	530
2.7. Pluralidade de descendentes obrigados	532

•

3. Modo de cumprimento.....	532
3.1. Homologação do acordo; critério de decisão.....	533
3.2. Circunstâncias que desaconselham a prestação com casa e companhia; problemas de convivência entre pais e filhos (ou netos).....	534
4. A escassez do número de pretensões de alimentos dirigidas aos descendentes.....	535
5. A diminuição das situações de necessidade geradoras de ações de alimentos; o advento da protecção social na velhice.....	535
5.1. A solidariedade familiar e o advento do Estado Social.....	536
5.2. A atual hegemonia da solidariedade estadual.....	536
5.3. A subsidiariedade das prestações familiares alimentícias; regimes contributivos e não contributivos da segurança social; referência ao <i>complemento solidário para idosos e ao rendimento social de inserção</i>	537
6. Imbricação entre tarefas estaduais assistenciais e as responsabilidades familiares assistenciais.....	542
7. A insuficiência das prestações públicas e a renúncia fáctica ao direito de os mais idosos exercitarem o direito a alimentos contra os seus descendentes...	543
7.1. Consequências da falta de exercício do direito a alimentos para efeitos de atribuição de pensões nos regimes não contributivos; a <i>sub-rogação</i> da Segurança Social nos direitos de crédito do beneficiário; crítica.....	544
7.2. A eventual sub-rogação da Segurança Social nos direitos alimentares do pensionista; alguns efeitos.....	546
7.2.1. Enquadramento dogmático.....	548
7.2.2. Alguns efeitos da sub-rogação ao credor de alimentos.....	549
7.2.3. Alguns «custos» do regime da sub-rogação ao credor; a via do direito fiscal como mecanismo estimulador do <i>cumprimento voluntário</i> do auxílio económico às pessoas idosas.....	550

ASPETOS SUBSTANTIVOS E PROCESSUAIS

DOS ALIMENTOS A FILHOS MAIORES E O ARTIGO 1884.º DO CÓDIGO CIVIL.....	553
--	------------

1. Introdução.....	553
2. Pressupostos de atribuição: pressupostos objetivos e subjetivos.....	554
3. Cessação da obrigação.....	559
4. Meios processuais e outros aspetos processuais.....	564

O MONTANTE MÁXIMO DA PRESTAÇÃO SOCIAL

A SUPORTAR PELO FUNDO DE GARANTIA DE ALIMENTOS DEVIDOS A MENORES — ACÓRDÃO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA N.º 5/2015, DE 19.3.2015, PROC. 252/08.8TBSRP-B-A.E1.S1-A.....	571
---	------------

•

Anotação	571
1. Introdução	571
2. As teses com que o Supremo se confrontou	573
3. O regime jurídico da Lei n.º 75/98 e o princípio da igualdade.....	576
4. A rara frequência de situações de restabelecimento do cumprimento voluntário da obrigação de alimentos e a (alegada) facilitação de situações de fraude ...	579
5. A realização de diligências instrutórias sobre a real e atual situação do menor e a sua incompatibilidade quanto à fixação de um montante inferior ou igual ao da prestação alimentar.....	582
6. A ponderação (do incremento) das necessidades do menor no quadro do inquérito efectuado no incidente de fixação da prestação a cargo do Fundo de Garantia; a irrelevância das possibilidades económicas dos obrigados a alimentos.....	587
7. As características da prestação assistencial a cargo do Fundo de Garantia ..	589
8. O argumento da sub-rogação legal alegadamente impeditivo da fixação de um valor superior a cargo do Fundo de Garantia.....	590
9. Conclusão	592
Índice.....	595

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt